

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
DATA: 21.04.2018
Nº 02/2018

1 Aos vinte e um dias do mês de abril de dois mil e dezoito, no hotel Marambaia, n. 208,
2 Centro, Florianópolis/SC, reuniram-se em assembleia extraordinária, os servidores do
3 Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme Edital n. 02/2018, regularmente publicado
4 em 28 de março de 2018, no Diário Catarinense. Às 15:40 foi efetuada a primeira
5 chamada pelo tesoureiro Cláudio Del Prá Netto, não havendo quórum suficiente. A
6 segunda chamada foi feita pelo presidente Walmor Grando, às 16:10, dando-se início à
7 Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. O presidente formou a mesa com a vice-
8 presidente Valfrida de Oliveira, o tesoureiro Claudio Del Prá Netto, o presidente Walmor
9 Grando, que presidiu os trabalhos e o secretário-geral Hélio Lentz Puerta Neto, o qual
10 secretariou o ato. No primeiro momento, o presidente Walmor Grando questionou à
11 plenária e à mesa se havia algum informe, não havendo manifestação. Após, a mesa
12 apresentou a seguinte proposta de sequência de pontos de pauta: 1) debate e confecção
13 da pauta 2018; 2) contribuição sindical; 3) participação nos chamamentos das centrais
14 sindicais nas pautas nacionais contra as reformas e; 4) apreciação de contas 2016/2017.
15 O colega Mauri Raul Costa propôs a inversão da pauta para que a apreciação de contas
16 2016/2017 seja colocada como primeiro item. Colocada em votação, a maioria decidiu
17 por manter a proposta da sequência de pauta apresentada pela mesa. Passou-se, então,
18 ao primeiro item da pauta com a apresentação do GT da elevação do nível dos técnicos
19 feita pelo Guilherme Peres, o qual expôs que na discussão do grupo foi decidido pelo
20 apoio à Associação dos Técnicos Judiciários de Santa Catarina em relação ao projeto de
21 elevação do nível superior dos técnicos judiciários auxiliares que já tramita no Tribunal de
22 Justiça de Santa Catarina (Processo Administrativo n. 8596/2016). O colega Guilherme
23 explicou resumidamente o que foi discutido no Grupo e a ideia central do referido projeto.
24 Colocado em discussão, não houve intervenção. Em processo de votação em relação ao
25 apoio ao projeto de elevação do nível superior dos técnicos, foi aprovado por
26 unanimidade. O segundo GT à apresentar foi da Disfunção, o qual o colega Glaucio Cesar
27 Wolff explanou sobre a discussão efetuada pelo grupo. Resumidamente, a proposta
28 apresentada unifica as categorias funcionais de Agente de Apoio Administrativo e Agente
29 Administrativo Auxiliar, criando uma nova categoria de Agente Judiciário, ampliando as
30 atribuições de modo que estes possam exercer suas funções nos cartórios judiciais,
31 ensejando, assim adequação da remuneração para nível médio. Após, houve questão de
32 ordem do colega Eder Momm, no sentido de que há outros cargos em disfunção,
33 sugerindo um adendo na proposta para se levar em consideração todas as categorias
34 que estão exercendo funções fora de suas funções. Foi esclarecido que este caso de
35 disfunção trata-se do problema histórico dos Agentes de Serviços Gerais e Agentes de
36 Portaria, hoje SAU e SDV. Colocada em votação a proposta apresentada pelo Grupo dos
37 Agentes com o adendo de que há outros cargos em situação de disfunção, foi aprovado
38 por maioria, sendo um voto contrário. O terceiro GT Níveis Superiores foi apresentado
39 pelo colega Rodrigo Simon, o qual expôs as demandas das Assistentes Sociais no

Av. Mauro Ramos, 448

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIO
DATA: 21.04.2018
Nº 02/2018

40 sentido do cumprimento da lei federal das 30 horas (jornada de 6 horas/dia) e o Risco de
41 Vida nos mesmos termos dos Oficiais de Justiça. Em relação aos Analistas foi
42 apresentada uma proposta de Adicional de Qualificação com base na referência 12-J na
43 tabela de vencimento. Além disso, que os cursos da Academia Judicial sejam
44 considerados para promoção por aperfeiçoamento, independente de horas e conteúdo;
45 aplicação do Mandado de Segurança já julgado e extensão aos Analistas, inclusive aos
46 aposentados; ressarcimento dos valores referentes aos órgãos de classe às funções.
47 Gratificação variável com base nos mandados distribuídos por oficial. Colocada em
48 votação, as propostas foram aprovadas por maioria, sendo duas abstenções. O quarto
49 GT foi da URV/VPNI, o diretor Claudio Del Pra Netto apresentou as seguintes propostas
50 discutidas no grupo: em relação a URV a proposta é apresentar projeto de lei que
51 incorpora os 11,98% nos últimos 5 anos para ser pago de forma administrativa com verba
52 do sidejud, desistindo-se da ação judicial. Após debates, colocado em votação, foi
53 aprovado por maioria, com três abstenções. Em relação à VPNI: proposta de lei para
54 extinguir à VPNI e a criação de nova lei que trabalharia com adicional de produtividade
55 observando o histórico funcional do trabalhador. Após debates, a proposta foi aprovada
56 por maioria, com uma abstenção. O GT dos Aposentados foi apresentada por Paulo
57 Ruver apresentou as propostas. Após os debates, colocados em votação foi aprovada
58 por maioria. O GT dos Oficiais de Justiça e Oficiais da Infância foi apresentado pelo
59 Claudio Heinzen e a diretora Eliane Pavanello. Após debates, a proposta é de que seja
60 feita uma carta do Sinjusc ao Sindojus para que o Oficial de Justiça possa optar qual o
61 sindicato ficará filiado. Colocado em votação a proposta foi aprovada por maioria, com
62 duas abstenções. O GT do Plantão judicial foi apresentado pela Danielle Burigo Heinzen.
63 A proposta efetuada pelo grupo é de que seja apresentada proposta de projeto de lei
64 para converter o saldo de folga de plantão judicial em pecúnia. Outra proposta é que o
65 plantão judicial seja remunerado pela base do vencimento do Analista, com o
66 recebimento em dobro nos finais de semana. Foi formado um grupo de estudo composto
67 pela Iara, Marcell e Willians para aprofundar as questões debatidas na Conferência dos
68 Delegados. Colocado em discussão, o colega Mauri Raul Costa fez ponderações sobre o
69 projeto de lei referente ao plantão. Colocado em votação, foi aprovado por maioria com 2
70 abstenções. No segundo ponto da pauta: contribuição sindical. O presidente Valmor
71 Grando explicou sobre a importância da contribuição sindical. A falação foi no sentido de
72 iniciar uma campanha de filiação e de que a contribuição sindical seja espontânea. Não
73 houve votação. No terceiro ponto da pauta: participação nas mobilizações contra as
74 reformas chamadas pelas centrais sindicais. A proposta apresentada é de resguardar o
75 direito do trabalhador que quiser participar das mobilizações. Após os debates, foi
76 proposta que aprovado por unanimidade. No quarto ponto sobre apreciação de contas
77 2016 e 2017. O tesoureiro Claudio Del Pra Netto fez uma explanação das contas dos
78 últimos 5 anos pelo Tesoureiro Claudio Del Pra Netto. Após os debates e

Av. Mauro Ramos, 448

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIO
DATA: 21.04.2018
Nº 02/2018

79 esclarecimentos, colocada em votação foi aprovado 2016 por unanimidade. Colocada em
80 votação as contas de 2017, foram aprovadas por maioria, com um voto contrário e duas
81 abstenções. Por fim, o presidente Walmor Grando agradeceu a presença de todos e deu
82 por encerrada a assembleia. Sem mais, a presente ata será lida e, após, aprovada será
83 assinada por quem de direito. Nada mais a constar. Eu, Filipe N- (Hélio Lentz
84 Puerta Neto), o digitei e assino.

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL, TÍTULOS, DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS DE FLORIANÓPOLIS
Rua Luiz Faria - Oficial
Rua Emílio Blum, 111 - Edifício Mauro Ramos - Torre A
Centro - Florianópolis - SC - CEP: 88020-300
Fone: (48) 3224-8079
E-mail: judic@sinjusc.org.br

Natureza do Título: Ata de Reunião
Apresentante: Jéssica Pereira de Aguiar
Protocolo nº: 50417 Livro : 22 Folha : 8
Registro nº: 49806, Livro : A - 179, Folha : 29
Dou fé, Florianópolis, 14/06/2018.

Filipe Umbelino Silva - Escrevente Emolumento Isento.
Selo Digital de Fiscalização - Selo Isento - EXB53194-4V6M
Confira os dados do ato em tjsc.jus.br/selo

